

Junho/2018 (Dados de abril/2018)



Desempenho Fiscal

União registra déficit primário de R\$ 4,0 bilhões no primeiro quadrimestre, com substancial ampliação de receitas e despesas primárias. No âmbito do governo central, projeções de mercado apontam para déficit de R\$ 138,5 bilhões em 2018, inferior à meta de déficit anual, fixada em R\$ 159,0 bilhões. Resultados fiscais deficitários persistentes, contudo, impedem a perspectiva de estabilização do endividamento em relação ao PIB.

A. RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM ABRIL	ATÉ ABRIL (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	2,9	7,3	-131,3	-161,3	-168,6
União	4,9	-4,0	-132,5	-162,5	-158,5
Governo Central	5,4	-2,6	-129,0	-159,0	-156,4
Empresas Estatais Federais	-0,5	-1,4	-3,5	-3,5	-2,1
Estados e Municípios	-2,0	11,3	1,2	1,2	-10,1

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.473/2017 (LDO 2018), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em abril de 2018 foi superavitário em R\$ 4,9 bilhões. Ao fim do primeiro quadrimestre, o resultado primário acumulado é deficitário em R\$ 4,0 bilhões. Entre os componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que já registra déficit de R\$ 61,2 bilhões no período.

Para o ano, a mediana das projeções de mercado, informada pelo Prisma Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de maio de 2018, aponta para déficit de R\$ 138,5 bilhões no âmbito do governo central, contra meta de déficit anual de R\$ 159,0 bilhões, fixada na LDO para 2018.

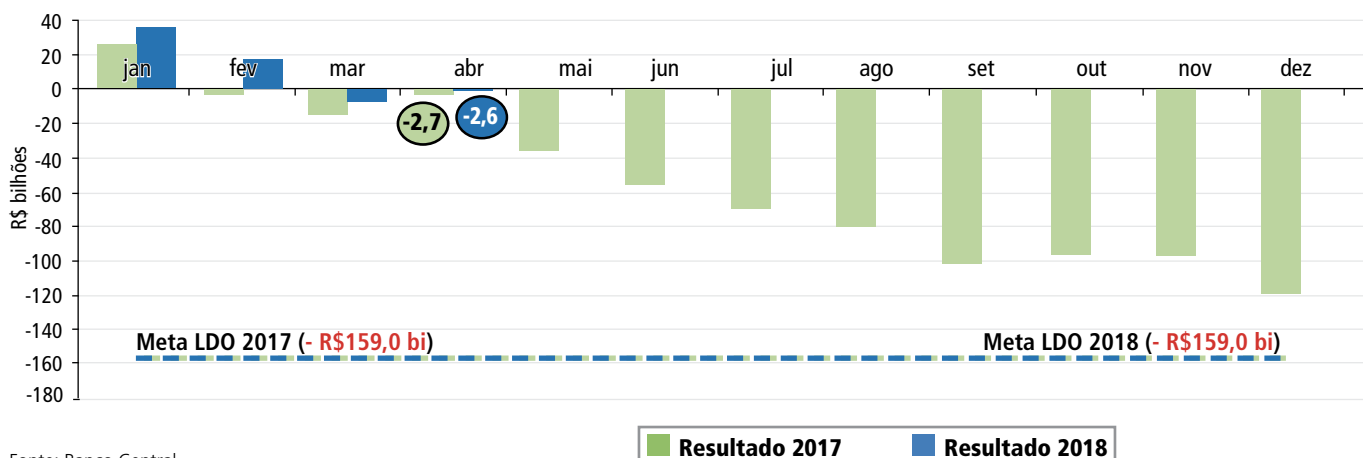
Em que pese o indicativo de cumprimento da meta anual, déficits primários elevados e persistentes impõem risco de descontrole do endividamento. Para que a dívida federal bruta fosse estabilizada, por exemplo, no patamar de 69,9% do PIB (apurado ao final de 2017), o resultado primário acumulado em 2018 não poderia ser inferior a um superavit de 0,4% do PIB (consideradas as projeções de mercado para taxa Selic, inflação e crescimento do PIB constantes do Relatório de Mercado Focus, do Banco Central do Brasil, de 1º de junho de 2018). A meta de resultado primário do governo central para 2018, entretanto, equivale a déficit de 2,2% do PIB.

AVISO:

A partir deste mês de junho de 2018, a publicação do Monitor Fiscal ocorrerá bimestralmente, sempre nos meses pares.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2017-2018)

Resultado primário acumulado do ano (2017 - 2018)



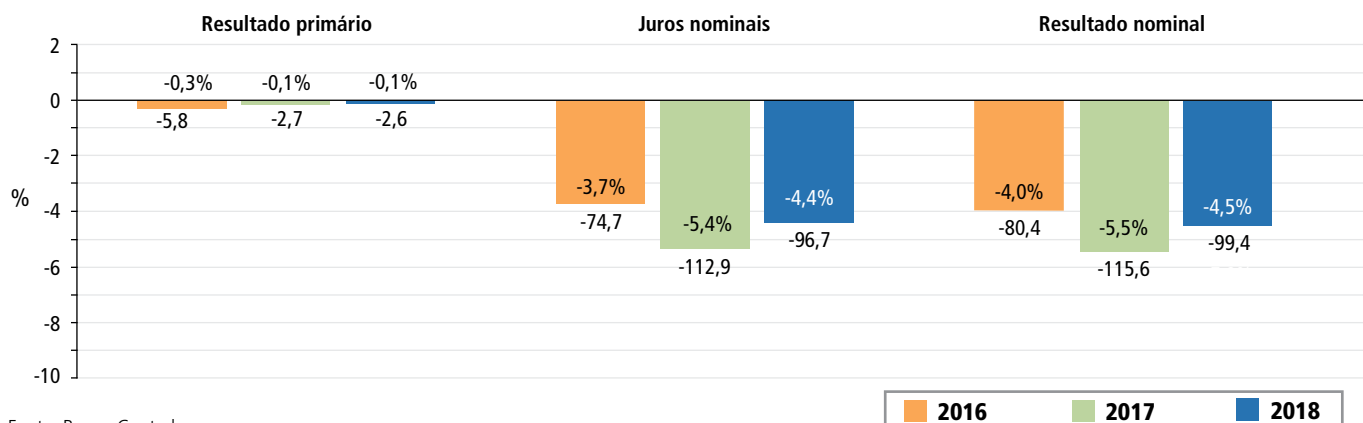
Fonte: Banco Central.

Em abril de 2018, o governo central apresentou superavit primário de R\$ 5,4 bilhões, contra superavit de R\$ 11,5 bilhões verificados no mesmo mês de 2017. No ano, o

resultado acumulado é deficitário em R\$ 2,6 bilhões, ante deficit de R\$ 2,7 bilhões apurado no mesmo período do ano anterior.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2016-2018)

Resultados fiscais do governo central — Até Abril (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

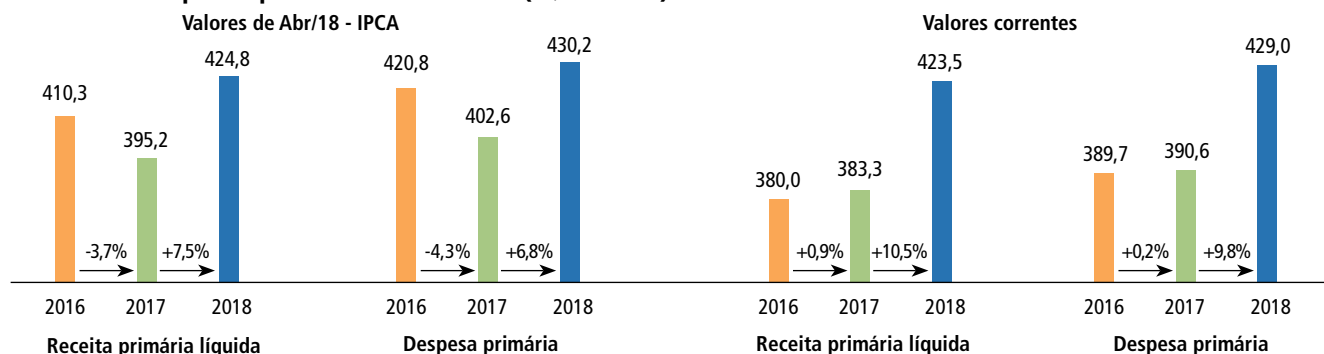
O resultado nominal do governo central no primeiro quadrimestre de 2018 foi deficitário em R\$ 99,4 bilhões (4,5% do PIB), inferior ao deficit acumulado no mesmo período de 2017, de R\$ 115,6 bilhões (5,5% do PIB).

Contribuíram para esse resultado as sucessivas reduções de meta da taxa básica de juros, promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que de janeiro de 2017 até abril de 2018 foi reduzida de 13,75% a.a. para 6,5% a.a.

Nada obstante, a persistência de déficits primários anuais, tal como programado para o exercício 2018, associada a despesas líquidas com juros, concorrem para a formação de uma trajetória de crescimento da dívida, tal como se apresenta no item F deste relatório.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Até Abr (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 7,5% no primeiro quadrimestre de 2018, relativamente ao mesmo período de 2017. A despesa primária, por outro lado, teve crescimento real de 6,8%.

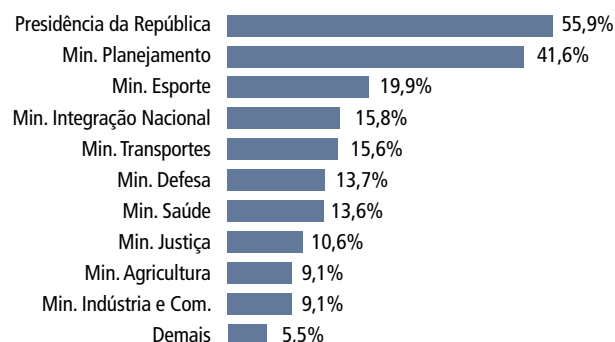
O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), alcançou R\$ 331,3 bilhões, apresentando aumento real de 9,4% em 2018, comparativamente a 2017 (R\$ 302,7 bilhões). Nesse grupo, destacaram-se os au-

mentos de R\$ 11,1 bilhões na Cofins e R\$ 2,7 bilhão no PIS/Pasep, decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis. Também houve elevação de R\$ 4,0 bilhões na arrecadação do IPI e de R\$ 3,8 bilhões no imposto de renda.

Pelo lado da despesa, verificou-se crescimento real de R\$ 10,2 bilhões em benefícios previdenciários; R\$ 6,5 bilhões em outras despesas obrigatórias, fortemente influenciadas por um aumento de R\$ 12,0 bilhões em sentenças judiciais; e R\$ 5,6 bilhões em despesas discricionárias.

E. CONTINGENCIAMENTO

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)

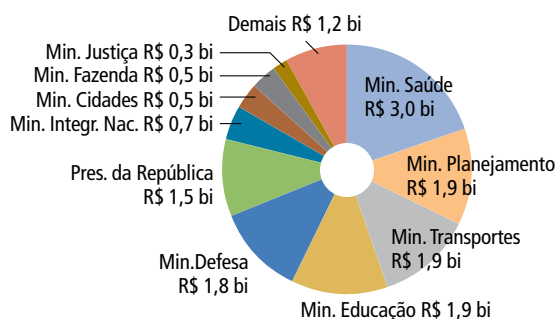


Fonte: Siga Brasil e Decreto nº 9.390/18. As dotações autorizadas das UOs constantes dos Órgãos 71000, 73000 e 74000 foram incluídas nas dotações atuais dos demais órgãos responsáveis por sua supervisão em razão dos decretos de limitação de empenho não discriminarem mais esses três órgãos.

Ao final do 2º bimestre, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal. Pelo lado da receita, identificou-se ampliação de R\$ 6,1 bilhões na receita líquida em relação à avaliação do 1º bimestre, já descontados os R\$ 12,2 bilhões relativos à entrada de recursos decorrentes da desestatização da Eletrobrás, anteriormente previstos. Quanto à despesa, previu-se aumento de R\$ 1,4 bilhão em relação à avaliação anterior, decorrente principalmente de crédito extraordinário para ações decorrentes da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro na área de segurança pública.

Contingenciamento por Órgão

Total Contingenciado: R\$ 15,2 bilhões



No quadrimestre, as projeções de receitas e despesas primárias indicaram a possibilidade de ampliação dos limites para empenho e movimentação financeira, frente a meta de resultado primário prevista na LDO 2018, em relação à qual se verificou margem fiscal acumulada de R\$ 6,2 bilhões.

No entanto, tendo em vista que as despesas estão no limite do Teto de Gastos, não há espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias. Além disso, o Poder Executivo utilizou a referida margem fiscal como compen-

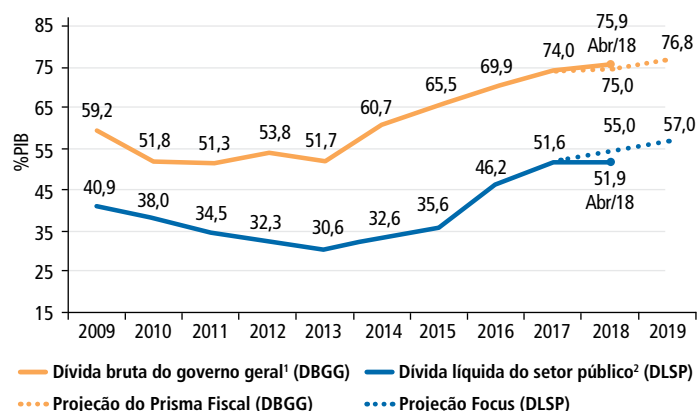
sação à geração de despesa com subvenção econômica à comercialização do diesel, objeto das Medidas Provisórias 838 e 839, de 2018, e que não se sujeitam ao referido limite de gastos, por se tratarem de crédito extraordinário.

Importante salientar que, mesmo com a possibilidade de liberação integral dos limites para empenho, o Poder Executivo optou por manter reserva de limite sujeita à autorização do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento

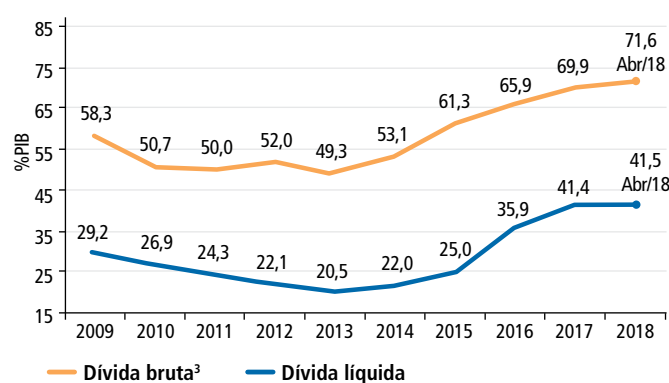
e Gestão, no valor de R\$ 11,8 bilhões, o que contribuiu sobremaneira para o montante contingenciado até o momento, de R\$ 15,2 bilhões (11,5% da dotação autorizada até o mês de maio). A parcela adicional de contingenciamento refere-se a despesas primárias não sujeitas ao Teto de Gastos, em conformidade com a EC 95/2016, mas que compartilham os limites para empenho das demais despesas discricionárias.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2009 a abr/2018



Governo Federal - 2009 a abr/2018



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de maio/2018 e Relatório de Mercado Focus de 25/05/2018. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) aumentou 1,9 p.p. em 2018 e alcançou 75,9% do PIB (R\$ 5,0 trilhões) em abril. Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 52,9% do PIB (R\$ 3,5 trilhões), e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,2% do PIB (R\$ 1,1 trilhão).

Os resultados fiscais deficitários, em especial do mês de março, contribuíram para a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de maio, a DBGG deve alcançar 75,0% do PIB ao final de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) totalizou R\$ 3,4 trilhões (51,9% do PIB) em abril, com redução de 0,1 p.p.

em relação a fevereiro. Com isso, houve redução de 0,3 p.p. na relação DLSP/PIB no primeiro quadrimestre, decorrente da incorporação de juros nominais (aumento de 1,8 p.p.), do superávit primário (redução de 0,1 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada de 5,2% (redução de 0,8 p.p.) e do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,7 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto aumentou 0,7 p.p. em abril de 2018 frente a fevereiro e alcançou 71,6% do PIB (R\$ 4,8 trilhões). A dívida líquida federal decresceu 0,5 p.p. no período e registrou 41,5% do PIB (R\$ 2,8 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Dayson Pereira, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal